



**Textos para Reflexão**

**Número 01 – Texto 01 – Abril a Junho/2013**

## **QUEM É O CULPADO?**

Luis Roque Klering<sup>1</sup>  
Escola de Administração  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
[lrklering@via-rs.net](mailto:lrklering@via-rs.net)

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente publicado no Jornal Zero Hora, Opinião, em 26 de fevereiro de 2013. Também disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2013/02/26/artigo-quem-e-o-culpado/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

O artigo publicado nesta seção do jornal ZH no dia 22/02/2013, intitulado “Planejar para quê?”, credita aos municípios gaúchos criados nas décadas de 80 e 90 do século passado, por obra de “políticos irresponsáveis, demagogos e populistas”, as dificuldades de crescimento econômico ora observadas, mormente o baixo crescimento do PIB. Conforme o autor, a razão de fundo teria sido a falta de planejamento (como os japoneses fazem), e aos “plebiscitos fajutos”, gerando-se em consequência uma multiplicação de empregos públicos (até de padres e bispos), descontrole de gastos, endividamento e busca de recursos em Brasília de “pires na mão”. A manifestação certamente constitui um desabafo, mas indevido e injusto.

Como professor da UFRGS e colaborador da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do RS, acompanhei e apoiei as sucessivas levas de emancipações de 1981, 1988, 1992 e 1996-2000, período em que o RS passou de 232 para 497 municípios, aí incluindo-se Pinto Bandeira. As leis de criação dos municípios não foram resultado da penada de tecnicistas desconectados da realidade, mas de longos processos de discussão nas comunidades, na Assembleia Legislativa, no executivo estadual e via consultas plebiscitárias organizadas e fiscalizadas pelo poder judiciário.

Havia expectativa de criar mais municípios na metade sul do RS, especialmente nas áreas de municípios mais latifundiários e mais estagnados economicamente. Todavia, tenderam a ocorrer justamente nas áreas mais fragmentadas e mais dinâmicas economicamente, porque as respectivas populações já reconheciam as vantagens de se ter maior grau de autonomia e poder público mais perto dos cidadãos.

Passados vários anos, tem-se agora a oportunidade de olhar em retrospectiva e atestar, com dados e fatos, quão importante para o Estado foi a decisão tomada de emancipar. Por quaisquer indicadores que se analise, lá estão inúmeros pequenos municípios ocupando boa parte dos primeiros lugares dos rankings: em saúde, educação, geração de renda, controle de gastos e pessoal, observância da LRF, melhores cuidados a crianças e idosos, taxa de alfabetização, percentual de investimentos, qualidade de gestão, promoção de eventos e outros. Há localidades que mal apareciam no mapa do Estado, constituídas por famílias de colonos simples e

mãos calejadas, que atualmente disputam os primeiros lugares em termos de geração de renda per capita. Multiplicaram por muitas vezes seus PIBs. Ali, há bem mais segurança, menos drogadição, mais oportunidades e mais qualidade de vida do que nas favelas das grandes cidades. Não há notícia de qualquer localidade arrependida com o novo status de município, que queira voltar à condição anterior.

Desde a década de 1970, o mundo mudou muito, e o Brasil também, tendo-se verificado no período expressivos avanços em termos sociais, econômicos, institucionais e democráticos.